



O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

DOIS MESES DE GRANDES LUTAS REIVINDICATIVAS DA CLASSE OPERÁRIA

É ainda cedo para se poder analisar com segurança, em toda a extensão e profundidade, as grandes lutas reivindicativas da classe operária das regiões de Lisboa, Margem Sul do Tejo e Baixo Ribatejo, assim como as acções dos ferroviários, que tiveram lugar nos dois primeiros meses do ano corrente. Só após uma larga discussão de apuramento e análise crítica, nas organizações do Partido das fábricas e localidades onde essas lutas se processaram, os organismos diligentes do Partido se encontrarão em condições de fazer uma tal análise e tirar dela as respectivas conclusões.

Tais circunstâncias não nos inibem, porém, de fazer desde já algumas apreciações que, como é evidente, terão de ser bastante incompletas.

As vitórias obtidas abrem o caminho para novas lutas

Creemos não ser exagerado avaliar em mais de 70.000 o número de trabalhadores que, nos meses de Janeiro e Fevereiro do ano em curso, participaram em greves, paralisações de trabalho, «cera», concentrações, junto das gerências e nos sindicatos, utilizando exposições, abaixo-assinados e outras formas de luta, em dezenas de fábricas, empresas, escritórios e outros locais de trabalho, por aumento de salários e outras reivindicações de carácter económico e social.

Segundo as informações já chegadas à redacção do «O Militante», tiveram lugar greves nas seguintes 24 empresas: Ford, General Motors, Cimento Tejo, Covina, Trefilaria, Robisloc, Previdente, no Baixo Ribatejo; Barros & Barros, Têxtil Simões, Matadouro Municipal de Lisboa, CEL-CAT, Portugal e Colónias, Stand Electric, Cabos Ávila, A Tebequeira e a Intar, Lapidação de Diamantes, UTIC, Laboratório Wender, BIS, na região de Lisboa; Fábrica de Tecidos de Torres Novas e numa sua filial, na região de Torres Novas; Lisnave, Frestone, na margem sul do Tejo.

Destas lutas já conhecemos os seguintes resultados: 11 vitórias, totais ou parciais; promessas de aumento pelo menos numa; 11 resultados desconhecidos. Apenas uma derrota temporária na Covina.

Para os trabalhadores apresentarem em massa as suas reivindicações ou apoiarem as Comissões que os representavam, houve paralizações de trabalho, por vezes durante ho-

ras, nas seguintes empresas: Sociedade Reunidas Reis, CORAME, TUDOR, ECRIL, IDAL, COPAM, Fábricas de Gerrações, Automática Portuguesa, no Baixo Ribatejo; Arsenal da Marinha, zona têxtil da CUF, COMETNA, na margem sul do Tejo, e na Fábrica de pilhas secas TUDOR, em Lisboa.

Conhecem-se já resultados, total ou parcialmente vitoriosos em 4 destas lutas, uma derrota temporária na CORAME, onde os operários se deixaram intimidar pelas ameaças do patrão, promessas de aumento em 3 acções e resultados desconhecidos em 5.

Empregando outras formas de luta, como a «cera», desorganização do trabalho, permanência no trabalho com os bolsos virados com o forro para fora, exposições, abaixo-assinados, ida de Comissões às gerências para apresentar, em nome de todos, as reivindicações que desejam ver satisfeitas, lutaram e venceram, total ou parcialmente, os operários do Parque Aeronáutico de Alverca, da fábrica têxtil Manuel Diniz - Viuva, da CUF do Barreiro, da SACOR, da LISNAVE (estaleiros de Lisboa), da Olajo de Sacavém, da METAL, de Castanheira do Ribatejo, etc.

Continuam em luta, entre outros, os operários da Loica de Sacavém, da Companhia Nacional de Electricidade, dos Serviços de Limpeza da Câmara Municipal de Lisboa, do Matadouro de Lisboa, dos operários das oficinas da TAP, dos operários da CARRIS de LISBOA, para um novo Contrato Colectivo de

Trabalho, etc..

Manifestaram-se em pleno Terreiro do Paço, em Lisboa, 400 carteiros reclamando aumento de vencimentos. Fizeram greve e venceram os médicos estagiários em Lisboa, reclamando pagamento de honorários. Manifestaram-se centenas de operários e operárias têxteis em frente da Câmara de Santo Tirso, reclamando pão e trabalho.

A reivindicação do pagamento do 7.º dia, passando os operários e outros trabalhadores a receber ao mês, com todas as regalias inerentes a esta modalidade de pagamento, está a generalizar-se entre os trabalhadores das regiões de Lisboa, Baixo Ribatejo e margem sul do Tejo. A satisfação desta reivindicação que, só por si representa uma substancial melhoria das condições de vida dos trabalhadores, foi já obtida, total ou parcialmente, em várias

empresas: na CUF e associadas, CEL-CAT (Venda Nova); Robbielac, Trefileria, Sociedade das Reunidas Reís e. Previdente (Sacavém), e em muitas outras.

Toma assim grande importância a tarefa de popularizar esta reivindicação nas fábricas e nas empresas, tal como a de os trabalhadores discutirem e decidirem, em reuniões e assembleias, as formas de luta a pôr em prática para arrancar ao patronato, ao governo e às Câmaras Municipais a sua concessão.

Importa, naturalmente, que as novas conquistas fiquem registadas preto no branco.

Dai a necessidade de se organizar e desenvolver uma luta tenaz por novos contratos colectivos de trabalho cuja discussão e aprovação deverá ser feita em assembleias gerais abertas a todos os trabalhadores interessados.

Unidade e Acção Combativa contra a Repressão

A classe operária e restantes trabalhadores nunca recorrem à greve e a outras formas de luta por prazer. A isso são forçados para fazer frente à alta constante do custo de vida, à política de congelamento de salários do governo, à infame exploração e opressão de que são vítimas por parte dos monopólios e do seu governo. Porém, os governantes fascistas, como verdadeiros serventuários dos exploradores capitalistas, agitam freneticamente os espantelhos da «desordem» e da «subversão» com o objectivo de prepararem e desencadearem a repressão sobre as massas trabalhadoras e entravarem o desenvolvimento da sua luta sagrada.

Durante as batalhas a que nos vimos referindo, mais uma vez as forças repressivas foram atiradas contra os trabalhadores, procurando quebrar a sua resistência e obrigá-los depois a aceitar condições económicas e de trabalho ainda piores. No entanto, enfrentando valentemente as forças repressivas, os trabalhadores fizeram fracassar em muitas empresas os planos do patronato e do governo.

Na Barros & Barros, os agentes da PIDE, acobardados ante a justa e violenta reacção dos operários e operárias, fugiram espavoridos e foram chamar em seu socorro as forças de choque da P.S.P. Mas também estas não conseguiram vergar os trabalhadores. Na UTIC, a PIDE prendeu 6 operários, mas ante a solidariedade unânime dos seus companheiros, que de novo paralisaram o trabalho, foi obrigada a libertá-los pouco depois.

Na Covina, a G.N.R., sob as ordens directas da PIDE e segundo indicações do tubarão Lúcio Feteira, carregou sobre os operários, tendo procurado em seguida expul-

sá-los, com as famílias, das casas que habitavam. Porém, a firmeza e a resistência dos trabalhadores e das suas mulheres, que agitavam nas mãos os recibos das rendas pagas, forçaram o patronato e as forças policiais a recuar.

Tais factos demonstram que não têm razão os que, desiludidos, não confiando no potencial revolucionário das massas trabalhadoras, afirmam que todas as «aberturas», cedências do regime e do patronato explorador, são mais o resultado da «boa vontade» de ambos do que fruto da acção das massas pelas suas reivindicações.

Ora, o que a experiência tem comprovado é que, mesmo quando, no decorrer de certas acções de massas, os trabalhadores nada obtêm além do precioso treino de luta tão necessário para as batalhas futuras, os exploradores e opressores acabam por ceder muitas vezes, embora um pouco mais tarde. Naturalmente que o governo e o patronato procuram sempre fazer crer que o fazem de vontade própria, gritando mesmo aos quatro ventos que pela pressão dos trabalhadores, das massas «ululantes» nada cederão. Que assim não é mostram-no com clareza meridiana as grandes lutas reivindicativas da classe operária das regiões de Lisboa, margem Sul do Tejo, Baixo Ribatejo e Torres Novas, atrás referidas que na sua maioria, terminaram vitoriosamente, total ou parcialmente.



Organização, expressão superior de unidade

As dezenas de Comissões de trabalhadores eleitas em largas reuniões ou escolhidas das mais variadas formas, pela maioria dos trabalhadores de cada uma das empresas e fábricas, gozando da confiança de todos, desempenharam um importantíssimo papel, mesmo decisivo, tanto durante as deliberações junto do patronato para apresentação das reivindicações de interesse geral, como depois, na coordenação e orientação da luta, no momento em que esta, ante a recusa dos patrões em cederem às justas reclamações dos trabalhadores, tomou formas superiores.

As Comissões de Unidade, como outras formas de organização de classe, eleitas e escolhidas pelos trabalhadores, são os elos indispensáveis para ligar todos os trabalhadores duma secção, fábrica ou conjunto de fábricas duma localidade ou região, para colher as suas opiniões, propostas, disposição de luta, anseios e, nesta base, coordenar e orientar a acção de todos, assim como para informarem a par

e passo os trabalhadores que representam do que se vai passando.

A organização da classe operária e das massas trabalhadoras é por si mesma a expressão superior da sua unidade e, por isso mesmo, a base indispensável e segura para o sucesso das suas lutas reivindicativas. A eleição ou escolha das Comissões nas secções, nas oficinas, nas fábricas, de toda uma indústria local ou regional, assim como de Comissões de Unidade abarcando todas as fábricas duma localidade ou região não pode ser encarada apenas quando a luta, por simples que seja, já está em curso. Pelo contrário, é tarefa que os trabalhadores de ambos os sexos devem encarar e realizar com antecedência. No decorrer da luta aparecerá naturalmente aos olhos de todos os trabalhadores e trabalhadoras a necessidade de reforçar e alargar a par e passo essas Comissões e de constituir outras, conforme as circunstâncias o exigem.

Greves, Paralisações, «Cera»

Armas poderosas nas mãos da classe operária

As paralisações gerais em muitas empresas a fim de todos os trabalhadores ou apenas as Comissões de Unidade representativas de todos os trabalhadores duma empresa poderem apresentar as suas reivindicações aos patrões ou às gerências, comprovaram mais uma vez a eficácia desta forma de luta. Forçaram a abrir os ouvidos e muitas vezes a bolsa ao patronato e ao governo. E isto é assim porque é da união de todos que nasce a força, a confiança para prosseguir a luta.

O trabalho lento, a «cera» revelou-se também em vários casos uma forma de luta eficaz.

Esgotadas todas as outras formas de luta, em muitas empresas os operários foram obrigados a recorrer à greve porque o patronato explorador e o seu governo obstinadamente faziam orelhas moucas às suas justas reclamações. Além disso recorreram à intimidação e à repressão para fazerem triunfar a sua política de congelamento de salários depois de terem elevado o custo de vida a um nível insuportável para os baixos salários em curso.

As vitórias totais e parciais ou a promessa de aumento em quase todas as empresas onde os operários recorreram à greve mostram mais uma vez que a greve é uma arma poderosa nas mãos da classe operária e das massas traba-

lhadoras quando estas se sabem servir dela, no momento oportuno, com determinação e coragem.

Na luta contra os despedimentos e pela readmissão dos despedidos, assim como contra a acção das forças repressivas, para impedir a prisão de companheiros ou para os arrancar da prisão, foram ainda as acções de massas, as paralisações e a greve que deram algumas vitórias aos trabalhadores em luta.

A experiência mostra, no entanto, que a luta contra as represálias do patronato e a acção criminosa da PIDE e outras forças repressivas necessita, no futuro, de ser organizada paralela e simultaneamente com toda e qualquer luta reivindicativa, seja de que tipo for. O patronato explorador e o seu governo, o governo fascista de M. Caetano, não cederão nada de vontade própria. Pelo contrário, lançarão mão de tudo para submeter ainda mais os trabalhadores, quer no que respeita a salários e condições de vida, quer no que se refere aos seus justos anseios de liberdade.

Alargar e fortalecer a organização do Partido

Dia após dia, mês após mês, o Partido tem procurado ajudar por todos os meios ao seu alcance a classe operária e as massas trabalhadoras a organizar e a dirigir as suas variadas lutas contra a exploração, por aumento de salários compatíveis com o constante aumento de custo de vida e por outras reivindicações económicas e sociais, quer através do «Avante!», doutros documentos e da Rádio do Partido (R.P.L.), quer, fundamentalmente, através das organizações partidárias nas empresas e localidades.

Apesar da importância considerável de tal ajuda, sentimos bem que ela não conseguiu ser aquela que a situação impunha e de que os trabalhadores em luta tinham necessidade. Em vários casos houve falta de prontidão e de iniciativa. Não obstante as enormes dificuldades a vencer, nem sempre se foi pronto em acorrer lá onde a situação exigia a presença activa decidida do militante comunista e a voz do Partido.

As organizações e militantes do Partido das regiões de Lisboa, Baixo Ribatejo e margem Sul do Tejo, coloca-se no momento presente como tarefa imediata a discussão e o estudo atento das lutas travadas pela classe operária de forma que o Partido e as massas possam extrair e aproveitar toda a rica experiência que as recentes lutas encerram. Isto, tanto no que respeita à sua organização, mobilização dos trabalhadores para a luta, popularização das reivindicações entre as massas, processos e formas que as lutas tomaram nas suas várias fases, como no que se refere a todos os aspectos de orientação.

As organizações do Partido, em especial as

organismos mais responsáveis das regiões em questão, deverão ter presente que não são apenas os aspectos positivos, mas também os aspectos negativos, em particular o que se refere à sua própria actividade, que ao Partido interessa conhecer. Só desta forma se poderá fazer um balanço correcto. Com a experiência extraída, os comunistas deverão partir de novo, e melhor apetrechados, para a classe operária, para as massas trabalhadoras, com mais capacidade revolucionária, com mais justificada confiança. A sua ajuda será assim mais eficaz no trabalho de organização de centenas e milhares de Comissões de Unidade e outros organismos legais, semi-legais e clandestinos, de uma mais vasta mobilização para os novos combates que se avizinham pelo pão e a liberdade, de orientação desses combates, participando neles de forma directa, activa e destacada e recrutando para o partido revolucionário do proletariado do nosso País, o Partido Comunista Português, os homens, mulheres e jovens que mais se destacam nas lutas de classe contra o capital e o seu governo fascista.

Nas greves, paralizações, concentrações e outras formas superiores de luta, em que participaram dezenas de milhares de trabalhadores, centenas e centenas de operários e operárias, homens, mulheres e jovens, deram magníficas provas de combatividade e coragem, de capacidade de organização e direcção. Caminhemos para eles, com confiança, procurando, embora sem pressas excessivas, que venham enriquecer as fileiras do Partido Comunista Português.

Duas Lutas Vitoriosas

— Dois exemplos da força da organização e da unidade dos trabalhadores

Do actual ciclo de lutas da classe operária procuraremos tirar os ensinamentos mais valiosos quanto às formas de luta e de organização com vista a generalizá-los e transformá-los em experiências para todos os trabalhadores. Dentro desta orientação, analisaremos hoje três lutas que são outros tantos exemplos.

1. Na empresa ROBBIALAC, a greve de braços caídos efectuada no dia 3 de Fevereiro último pelos operários assalariados desta empresa em luta pela passagem de todo o pessoal a mensal com as regalias inerentes a essa situação, traduziu-se por uma vitória. De facto todos os operários assalariados passaram a

mensais.

O cálculo para o seu vencimento corresponde à multiplicação dos salários então existentes por 28 dias. Dado que havia sido aumentados em Janeiro último, este vencimento corresponde, aproximadamente a 30 dias do salário que ganhavam em Dezembro de 1968.

Vejamos, entretanto, qual foi o processo da luta que conduziu à vitória. Para isso, teremos de recuar até meados de 1968.

Nesta altura, os operários fizeram um abaixo-assinado reivindicando aumento de salários. A gerência respondeu que não podia então aumentar e que esperassem até ao fim do ano, porque então (disseram) os aumentos

seriam mais substanciais.

Finalmente, só nos princípios de Janeiro deste ano vieram os tais aumentos (não «substanciais», como fora prometido, mas apenas de 4800 a 8800).

Muitos descontentes, os operários formaram imediatamente uma comissão de unidade representativa de todas as secções que passou a tratar com a gerência. Esta, foi entretendo, adiando, desculpando-se com os aumentos dos encargos da fábrica, a competição no mercado interno e externo, etc., chegando ao fim do mês de Janeiro sem nada decidir. O descontentamento dos trabalhadores havia entretanto aumentado com o passar do tempo e com o crescente aumento do custo de vida. A disposição para passar a formas superiores de luta tornara-se geral.

Na segunda-feira, dia 3 de Fevereiro, os operários assalariados entraram na empresa, picaram o cartão e dirigiram-se para as suas secções colocando-se cada um no seu local de trabalho, mas não pegaram no trabalho. Permaneceram de braços caídos.

Registemos que previamente haviam concordado em que o pessoal mensal executasse normalmente as suas tarefas, já que a reivindicação não lhes dizia respeito. Com esta decisão, os operários mantiveram a unidade e a solidariedade e apoio moral dessa parte do pessoal para com a sua luta. As tentativas de alguns encarregados para forçarem os operários a trabalhar, estes responderam com a sua resistência e unidade.

Ao meio dia, ao toque da sereia, os operários dirigiram-se para o refeitório onde entretanto o pessoal mensal executara todo o trabalho (o seu e o que competia a alguns assalariados). No refeitório a unidade e compreensão entre todos foi geral. No distribuir das refeições ajudavam-se uns aos outros, ninguém esperando nesse dia que outros os servissem. Cada um ia buscar o seu prato, os talheres, etc.

A uma hora, todos os operários em greve regressaram aos locais de trabalho mantendo-se ali na posição de braços caídos.

As 15 horas a Comissão reivindicativa foi chamada à Gerência, a qual estava reunida desde a manhã. Recebida pelo director-geral H. Adams, este, depois de ouvir a Comissão, diz que houvera precipitação da parte dos operários que era um assunto grave e que ele sózinho não podia resolver nada. Por isso, pedia um prazo até sexta-feira. A Comissão demonstrou que não houvera precipitação uma vez que haviam esgotado todos os recursos antes de se decidirem a recorrer aquela forma de luta. Quanto à proposta do prazo, responderam que tal como a Direcção não podia resolver sózinha o assunto, também eles não podiam responder sem ouvir os seus companheiros. O director concordou.

Após várias reuniões dentro da empresa os operários decidiram aceitar a proposta. O trabalho foi retomado.

Na sexta-feira marcada, junto com a férias da semana, os operários receberam uma «comunicação» em que, entre outras coisas, lhes era dito que «A empresa tem o prazer de comunicar que, com princípio em 1 do corrente (Fevereiro) passará a remunerar ao mês todos os seus trabalhadores que actualmente são pagos ao dia. Esta alteração trás consigo todas as regalias do pessoal mensal.»

Cremos poder concluir-se desta luta:

a) Não foi com «prazer» que a empresa cedeu à reivindicação dos operários. Cedeu forçada pela unidade e luta dos trabalhadores, como o demonstra todo o processo reivindicativo que culminou na greve que lhes trouxe finalmente a vitória;

b) No processo da luta reivindicativa desempenhou um importante factor de estímulo e encorajamento aos trabalhadores em luta o seu acordo prévio com o pessoal mensal para que este continuasse a trabalhar. Deste acordo saiu reforçada a unidade de todos. Esta unidade revelou-se, toda a sua importância em lutas futuras que todos terão certamente de travar para consolidar e alargar as actuais conquistas;

c) Foi inteiramente justo que a comissão não aceitasse o prazo pedido pela direcção da empresa sem consultar a massa dos operários, tal como foi igualmente justo que estes concordassem em conceder aos patrões o referido prazo, revelando desse modo uma maleabilidade de formas de luta que contribuiu para reforçar a sua força e coesão face ao patronato.

2. NA SOCIEDADE REUNIDA REIS, num dia da segunda semana de Fevereiro todo o pessoal desta empresa parou o trabalho a fim de reclamar do patrão a passagem a mensal.

O patrão, não só não acede à reivindicação dos trabalhadores como entra pelo caminho das ameaças, dando ordem ao engenheiro para comunicar ao pessoal que não alimente «ilusões». — «Se quiserem trabalhar, muito bem, senão o prejuízo será deles» — afirmou o patrão arrogante.

Face a esta posição, os trabalhadores, após terem discutido rapidamente o caminho a seguir, decidem pegar ao trabalho e iniciar imediatamente o trabalho lento, em regime de «cera».

Recorrendo todos unidos a esta forma de luta, os trabalhadores demonstraram ao patrão que a Unidade da classe operária é capaz de fazer vergar os patrões por mais arrogantes que estes sejam. Quando o rendimento dos trabalhadores desceu em virtude da «cera», o patrão não teve outro remédio senão ceder às suas reivindicações. Quem estava a perder

era ele, e não era pouco. Na secção dos teares, por exemplo, no fabrico de sacos para adubos, as mulheres que faziam normalmente cerca de 200 sacos por dia, reduziram a produção para 60.

O trabalho lento toma aspectos verdadeiramente inéditos. Assim, por exemplo, além da lentidão introduzida nos movimentos normais, os operários que transportavam sacos às costas, deixavam-nos cair imediatamente no chão

quando tocava a sirene para interrupção do trabalho; Os que carregavam as camionetas, deixavam estes carregamentos por completar ao toque da mesma sirene, prosseguindo o carregamento (no ritmo lento), só depois de iniciado o novo período de trabalho.

Ao fim de dois dias de «cera» os operários (homens e mulheres) passaram à categoria de mensais, embora, no seu interesse, recebam à quinquena.



P. Logo que foi aberta no «Militante» esta secção enviei algumas perguntas. Só a uma foi dada resposta. Qual a razão?

R. Verificamos com satisfação o interesse despertado por esta secção, que se reflecte nas numerosas perguntas que nos têm chegado. Como já foi dito, far-se-á o possível por responder a todas. Pedimos, entretanto, aos camaradas que tenham em conta o seguinte:

a) É materialmente impossível, dado o espaço limitado e o número de perguntas, responder a cada qual separadamente. Em alguns casos, se se trata de diversas perguntas sobre um mesmo problema, tem-se dado e dar-se-á resposta conjunta.

b) Em algumas cartas dirigidas a esta secção, não são tanto perguntas que se fazem, mas largas exposições políticas, que reflectem inquietações e dificuldades. Em tais casos, esforçar-nos-emos por formular as perguntas implícitas nessas exposições, para a elas respondermos.

c) Alguns camaradas têm dirigido a esta secção perguntas sobre questões que, por sua natureza, são conspirativas e reservadas. Exemplo de algumas: Quais os partidos irmãos com quem não temos relações e quais as diligências feitas para as estabelecer e seus resultados? «Em que sectores há progresso orgânico e em quais se verifica um retroces-

so?». «Como se está preparando o Partido, no plano militar e técnico, para a perspectiva da insurreição?». Um pouco de reflexão permitirá compreender que a estas perguntas não podem ser dadas as respostas directas que manifestamente os camaradas pretendem obter. Entretanto, em termos políticos gerais, far-se-á por responder às questões que estas e outras perguntas traduzem.

Esperemo que haja da parte de todos os camaradas compreensão para eventuais atrasos nas respostas e que este facto não levará a deixarem de escrever para esta secção.

P. Por que razão o PCP fala da unidade com os socialistas, não como um aspecto da unidade da classe operária, mas da unidade antifascista? Não contradiz tal posição a orientação do movimento comunista internacional (consignada na Declaração da Conferência de 1960 e em muitos outros documentos internacionais e de partidos irmãos) segundo a qual a unidade com os partidos socialistas é um aspecto fundamental da unidade da classe operária?

R. A situação existente em Portugal é completamente diferente da que existe em muitos outros países. Em muitos países, os partidos socialistas, embora orientados pela ideologia pequeno-burguesa e mesmo,

em muitos casos (como os dos trabalhistas ingleses ou os social-democratas alemães), serventários do capital monopolista, dispõem duma larga base operária e controlam grandes centrais sindicais. Nesses países a classe operária está dividida e largamente influenciada pelos socialistas. Compreende-se que aí o estabelecimento da unidade da classe operária seja em larga medida o problema da unidade dos trabalhadores comunistas e socialistas, do partido comunista com os partidos socialistas, das diversas centrais sindicais.

Em Portugal, a situação é radicalmente diversa. Antes do golpe fascista de 28 de Maio de 1926, ainda o Partido Socialista Português tinha certa influência na classe operária e dirigia alguns sindicatos. O Partido Socialista capitulou porém ante a repressão e votou a sua auto-dissolução no congresso realizado em Coimbra em 1933.

Desde então, foram criados vários agrupamentos socialistas, com vida mais ou menos efémera. Todos eles (como a «União Socialista» e o «MAR», há muito desaparecidos) se caracterizaram pelo facto de serem iniciativas e organizações de intelectuais e homens das classes médias, sem quaisquer laços com a classe operária, sem qualquer política operária, efectivamente desinteressados do movimento operário. Todos eles foram agrupamentos típicos de intelectuais pequeno-burgueses.

O agrupamento socialista actualmente existente, a Acção Socialista Portuguesa (ASP), apresenta essas mesmas características fundamentais. Apesar das tentativas para chegar ao meio operário, é um agrupamento de intelectuais, que manifesta profunda reserva e menosprezo pela classe operária e as suas lutas.

Em Portugal, para a unidade da classe operária o problema do estabelecimento de acordos entre partidos operários e organizações sindicais de tendências diversas não se coloca, pela razão de que tais partidos e organizações operárias não existem.

Nos prolongados e duros anos da ditadura fascista, a unidade da classe operária tem-se estabelecido nas lutas de classe, na acção de variadas comissões unitárias, sob a influência e em resultado da acção do Partido Comunista Português. É um traço característico da situação portuguesa que, embora naturalmente os trabalhadores pèrfilhem diferentes opiniões políticas, a classe operária não está dividida na luta contra a exploração e o terror fascistas e na luta pela democracia. Em Portugal, a unidade da classe operária tem-se realizado e só pode realizar-se sob a direcção do único partido operário existente—o Partido Comunista Português.

A unidade com os agrupamentos «socialistas», presentemente com a Acção Socialista

Portuguesa (ASP), é pois um problema que se insere, não no problema da unidade da classe operária, mas na política de unidade de acção contra o fascismo da classe operária com as outras classes e camadas antimonopolistas, ou seja, a unidade antifascista.

O PCP luta consequentemente pela unidade de todos os sectores da Oposição na luta contra o fascismo e pela instauração das liberdades democráticas. Infelizmente, nem todos os sectores seguem uma política semelhante e a ASP distingue-se precisamente por uma política de discriminação e divisão no movimento democrático, pela pretensão de alcançar facilidades preferenciais de acção legal, em prejuízo do movimento democrático no seu conjunto.

Desde a formação do governo fascista de Marcelo Caetano, essa posição, que já anteriormente se manifestava, mais se acentuou. O Partido Comunista continua a não poupar esforços para a unidade de todos os antifascistas. Continua disposto a unir os seus esforços aos de todos os sectores e agrupamentos da Oposição, incluindo naturalmente a ASP. Entretanto, como sublinha o documento da Comissão Política do Comité Central publicado no número especial do «Avante» de Janeiro de 1969, «a unidade não é um fim em si. Ela visa o fortalecimento e o desenvolvimento do movimento democrático com o objectivo de pôr fim ao fascismo e conquistar a liberdade (...). Deve ser permanente a disposição de cooperar com todos quanto sinceramente queiram pôr fim à ditadura, tenham estado até hoje numa posição de direita ou de esquerda, sejam quais forem as suas opiniões políticas. (...) Condena-se porém a ficar para trás irremediavelmente quem nada faça sem o assentimento dos que procuram atrasar, empatar, alcançar uma posição hegemónica que ninguém lhes reconhece, impedir a luta popular, sacrificar toda a esquerda da Oposição a negociações de bastidores com os fascistas «liberalizantes»».

Como insiste o mesmo documento: «Que os sectores antifascistas mais consequentes e com espírito unitário tomem com audácia e confiança a iniciativa nas próprias mãos é tarefa de primordial importância para o sucesso do movimento democrático no momento presente».

P. O PCP tem insistido nos seus materiais que as revoluções se não copiam e que é necessário ler em conta as condições específicas de cada país. Como se justifica então que, ao mesmo tempo, alguns materiais do PCP, embora de forma velada, ponham certas reservas à busca, em cada país, de «vias nacionais» para o socialismo?

R. Baseando-se nos ensinamentos do marxismo-leninismo e na experiência viva do movimento revolucionário, o PCP tem defendido de facto que a revolução socialista, desenvolvendo-se embora segundo leis gerais do processo revolucionário, não toma a mesma forma em todos os países.

«Todas as nações (escreveu Lénine) virão ao socialismo, isso é inevitável, mas não virão duma maneira absolutamente idêntica; cada uma trará a sua originalidade em tal ou tal forma de democracia, em tal ou tal variedade da ditadura do proletariado, em tal ou tal ritmo de transformações socialistas dos diferentes aspectos da vida social» (Obr. Coml., Vol. 23, p. 75 - 76).

A experiência histórica comprovou na prática esta previsão. As evoluções socialistas vitoriosas na China, Vietnam, Coreia, em oito países europeus, em Cuba, tiveram processos próprios e cada qual as suas «originalidades». O «Programa do PCP», aprovado no VI Congresso realizado em 1965, sublinha portanto justamente que «a ditadura do proletariado pode assumir formas e particularidades diversas segundo as condições existentes em cada país».

Entretanto, desta ideia fundamental, não devem resultar, nem uma reelaboração teórica que ponha em causa as leis gerais fundamentais da revolução socialista (lutas de classes, papel da classe operária e do Partido, ditadura do proletariado, questão do Estado, etc.), nem definições rígidas feitas a distância de como se vai dar a revolução socialista.

Por isso, o «Programa do PCP» declara também: «A forma que assumirá em Portugal a ditadura do proletariado dependerá do sistema de alianças do proletariado na revolução socialista, da correlação então existente das forças de classe, do grau de realização da revolução democrática e nacional, da conjuntura internacional, da agudeza da luta final e da via revolucionária que vier a ser seguida».

A revolução socialista em Portugal terá também sem dúvida as suas características, específicas, a sua «originalidade». Não é porém agora que estas poderão ser definidas com acerto. Dependerão de numerosos factores. Como insiste o Programa, «não se podem a distância antever as condições concretas em que terá lugar em Portugal a revolução proletária».

Seria especulação, demagogia, ou oportunismo, ligar desde já o Partido, por conveniências tácticas, a soluções rígidas defini-

das em abstracto: a tal ou tal forma de organização do aparelho do Estado socialista, a existência de um só Partido ou a um sistema pluri-partidário, a alianças políticas, que só no decurso do processo revolucionário e em ligação com o espírito criador das massas populares, se poderão definir com rigor.

A nosso ver, a busca de «vias próprias» para o socialismo, com a definição esquemática dum processo e de soluções, sobretudo quando possam ser formuladas por razões tácticas imediatas, não é a melhor maneira de ter em conta as condições específicas de cada país.

Se, por exemplo, num país em que o Partido Comunista é ainda um pequeno partido sem larga influência de massas, em que não se antevê a criação rápida de condições para a revolução socialista, nem se podem prever ainda as condições em que terá lugar, o Partido afirma desde já que: a) a via será pacífica; b) existirá um sistema pluri-partidário; c) não haverá uma gestão e planificação centralizadas; d) se manterão as «liberdades» (?) da democracia burguesa; e) o país socialista será «neutral»; — consideramos que se trata de definições prematuras, desnecessárias, feitas por razões de interesse imediato e que os factos poderão muito provavelmente vir a desmentir.

A posição do PCP é clara e está consignada no seu Programa. Ela fundamenta-se nos ensinamentos do marxismo-leninismo e na experiência revolucionária mundial.

P. Na revista italiana «Vie Nuove», de 26 de Setembro de 1968, afirma-se que «o Partido Comunista Português aprovou a intervenção das tropas soviéticas na Checoslováquia, desconcertando e irritando a grande maioria dos intelectuais de esquerda, dos estudantes e dos jovens operários»... Porque não protesta o PCP contra tal desinformação da opinião pública italiana?»

R. Sabe-se que a posição do Partido Comunista Italiano em relação aos acontecimentos na Checoslováquia foi radicalmente diferente da do Partido Comunista Português. Isso explica a «informação» que dá «Vie Nuove» e que, como é evidente, não recebeu do nosso Partido...

Ao assumir a posição que assumiu em relação aos acontecimentos da Checoslováquia, o PCP não o fez para agradar a quem quer que seja, e muito menos para não «irritar» tais ou tais intelectuais, que entretanto considera seus amigos e aliados. Assumiu a sua base de princípios e da análise da situação e na defesa dos interesses da Checoslováquia socialista, do campo socialista no seu conjunto, da causa da classe operária de todos os países.

Essa a única posição correcta dum partido marxista-leninista, do partido da classe operária. Essa a única posição que pode reforçar a unidade ideológica e de acção do Partido e estabelecer uma base sólida, e não de compromisso e transigência ideológica, para uma política de unidade.

Se, seguindo o exemplo de «Vie Nuove», fôssemos falar das reacções que provocaram nos próprios países as posições de partidos irmãos que condenaram a acção da URSS e dos outros quatro países socialistas na Checoslováquia, muito teríamos naturalmente que contar. Parece-nos porém que não é tal polémica que interessa ao movimento comunista, à defesa da sua unidade e mesmo a uma ulterior aproximação de pontos de vista sobre os problemas em litígio.

A «informação» de «Vie Nuove» nem modifica a realidade, nem é exemplo a seguir, nem, no fim de contas, vale mais que as poucas linhas em que é expressa.

P. Há ano e meio que se trava na Nigéria uma guerra civil. As notícias e apreciações são contraditórias. Que se está a passar efectivamente?

R. Com 55 milhões de habitantes, a Nigéria é o país mais povoado do Continente africano. É o primeiro exportador mundial de produtos de palma e um dos maiores produtores de cacau e amendoim. Cabem-lhe 9% da extracção mundial do estanho. Estas riquezas naturais da Nigéria tornam o país vítima da cobiça dos imperialistas, mais aguçada ainda com a descoberta nos últimos anos de reservas de petróleo (sobretudo na região do Biafra), tão importantes e de tão fácil extracção que já hoje a Nigéria é o terceiro produtor africano e o decimo sétimo mundial.

A Nigéria era uma colónia inglesa. Depois do acesso à independência em 1960, os monopólios ingleses continuaram dominando o país.

A Unilever controla praticamente toda a produção agrícola. A Shell-BP cabem 85% do petróleo. Os monopólios americanos (Gulf Oil), franceses (Erap) e alemães-ocidentais procuram naturalmente obter concessões à custa dos ingleses.

Quando, em princípios de 1967, o governo da Nigéria estabeleceu um mais apertado controlo sobre o pagamento pelas companhias petrolíferas da parte que cabe ao Estado da Nigéria, os ingleses submeteram-se de mau modo e os norte-americanos e franceses reagiram vivamente, chegando a paralisar a exploração. A disputa da exploração da Nigéria entre os monopólios imperialistas e particularmente a questão dos petróleos, está na raiz do movimento separatista do Biafra e da guerra civil.

Para provocarem e desenvolverem o conflito actual os imperialistas, prosseguindo a sua política tradicional, aproveitaram largamente as diferenças e rivalidades entre os povos nigerianos.

A Nigéria é habitada por numerosos povos, os mais importantes dos quais são os hausas no Norte, e os ibos e iorubas no Sul. Os primeiros são muçulmanos, os últimos cristãos. No Norte, predomina a agricultura feudal. No Sul, uma colonização mais directa fez surgir uma burguesia e uma classe operária nigeriana, a mais forte base do movimento de libertação nacional. A política imperialista foi sempre dividir a parte meridional, atizar rivalidades, conflitos e sentimentos chauvinistas entre os vários povos e tribus, entre a burguesia do Sul e os feudais do Norte, entre cristãos e muçulmanos. Por sua vez a burguesia nigeriana do Sul, para desviar a luta de classes, atizava o chauvinismo ibo e «cristão» contra os povos do Norte; e os feudais do Norte atizavam o chauvinismo hausa e muçulmano contra os povos do Sul.

No plano político, estes conflitos deram lugar a uma aguda luta pelo poder: Em Janeiro de 1966 é derrotado o governo de Ironsi, representando o «sudeste». Os Sultões e emires do Norte reagem, provocam chacinas de milhares de ibos, e em Julho de 1966 acabam por derrubar e matar Ironsi, e colocar no poder o governo de Gowon, actual primeiro ministro de Lagos. Sucederam-se retaliações diversas até que, em 30 de Maio de 1967, o governador militar da região oriental, tenente coronel Ojukwu, declarou que essa região (precisamente a região do petróleo) se separava da Federação da Nigéria para constituir a República Independente do Biafra. Começava a guerra civil.

Os imperialistas inspiram e aproveitam estes conflitos entre os povos nigerianos. Alguns pretendem dividir a Nigéria e criar uma república fantoche do petróleo (Biafra) à semelhança do que fizeram no Congo com Katan-



Katanga. Não estão interessados na unidade da Nigéria. Acrescentando-se a isso uma maior independência de acção do governo de Gowon e a sua cooperação crescente com a URSS e outros países socialistas, compreende-se porque é cada vez mais ampla e activa a ajuda imperialista (designadamente dos americanos, franceses e oeste-alemães) ao «Biafra». Os ingleses, que dominam a Nigéria, aparecem apoiando o governo de Lagos, mas, uma vez que se trata da partilha dum bolo entre monopólios sem escrúpulos, vão procurando entender-se com americanos e franceses. O governo fascista de Marcelo Caetano, como antes o de Salazar, faz (via Lisboa - S. Tomé) intenso contrabando aéreo de armas para o Biafra. Os governos racistas da União Sul-africana e da Rodésia auxiliam também activamente os separatistas. Apoiado pelos imperialistas, Ojukwu e outros chefes do Biafra fazem do anti-comunismo um dos seus lemas. Segundo eles, a «queda» do Biafra seria «a implan-

tação do comunismo em África».

A guerra civil na Nigéria tem sido demorada e sangrenta. Mas a ruidosa campanha «humanitária» a favor das mulheres e crianças do Biafra é um instrumento de que se servem os imperialistas para, o pretexto do envio de géneros e medicamentos, manterem abertas as vias de transporte de armas, munições e mercenários.

Forças progressivas da Nigéria, designadamente sindicatos e o Partido Socialista Operário e Camponês (clandestino) pronunciam-se pela manutenção da integridade da Nigéria e contra o auxílio dos imperialistas aos separatistas hoje submetidos ao imperialismo e dominados pelo chauvinismo tribal. Defendem uma solução federal, a cooperação dos povos da Nigéria, a nacionalização dos bens das companhias de petróleo que se negam a pagar os impostos ao governo central, a liquidação da actividade de sapa dos imperialistas, um processo de democratização da vida política.

Alguns Aspectos das Grandes Jornadas De Luta Estudantis

A repressão policial, os métodos de repressão indirecta e a demagogia «liberalizante» do governo de M. Caetano não conseguiram reprimir o desenvolvimento do movimento estudantil que se tem manifestado de forma crescente em poderosas acções massivas nas 3 Universidades do País, em muitas escolas de ensino médio secundário.

Sem se deixarem iludir com as promessas demagógicas do governo, os estudantes têm fortalecido a sua unidade ao nível de cada escola, ao nível federativo e nacional, dando importantes passos para a conquista dos seus direitos específicos, em defesa do movimento associativo.

Os «8 Pontos» fundamentais

Um estímulo e uma bandeira de combate

As grandes lutas travadas recentemente pelos estudantes, que atingiram pontos culminantes nas greves e amplas reuniões de Dezembro, em Lisboa, em que participaram cerca de 15.000 estudantes de todas as Faculdades e outros estabelecimentos de ensino; nas comemorações da tradicional «Tomada da Bastilha» em Coimbra, com a presença de cerca de 6.000 estudantes das 3 Academias; nos 4 plenários sucessivos, em Fevereiro - Março, na Universidade do Porto, reunindo milhares e milhares de estudantes que decidiram o «luto académico» com greves massivas em todas as Faculdades do Porto; nas inúmeras acções ao nível de cada escola do ensino superior, médio e secundário, particularmente as greves nas escolas técnicas, vieram comprovar a justeza da apreciação do Partido, contida no comunicado do C.C., com data de Outubro de 1967, intitulado MOVIMENTO ESTUDANTIL (Problemas de actualidade e tarefas imedia-

tas), ao afirmar: «A cooperação entre as AA. EE. de cada Academia, tanto ao nível das direcções como por reuniões inter-escolares da massa associativa, e a cooperação entre as várias Academias é fundamental para o desenvolvimento e defesa do movimento associativo.»

Discutindo os seus problemas em amplas reuniões e plenários, enfrentando corajosamente a repressão policial, dezenas de milhares de estudantes de Lisboa, Porto e Coimbra deram um vigoroso impulso ao movimento associativo no seu conjunto, aprovando e popularizando os «8 Pontos» que sintetizam as reivindicações fundamentais dos estudantes no actual momento. Simultaneamente, com a eleição de uma Comissão Nacional composta por 3 elementos de cada Universidade, foram dados importantes passos para a futura União Nacional dos estudantes portugueses por todos reclamada.

Preconizando a urgente necessidade para o próprio movimento associativo de definir os seus grandes objectivos comuns em que se enquadrassem as realizações e reivindicações particulares, ou seja um verdadeiro programa, do movimento associativo, o referido documento do C.C. afirmava justamente: «Um tal programa, só o próprio movimento associativo, em vastas consultas e amplos debates conduzidos de forma democrática, o pode elaborar. Elaborado com a participação viva e criadora da massa associativa, poderá converter-se, não apenas na bandeira, mas em estímulo e guia da actividade prática, que nos últimos anos têm faltado ao movimento associativo».

Os «8 Pontos» aprovados recentemente pelos estudantes em amplos plênários nas 3 Universidades constituem neste momento essa bandeira e esse estímulo. O movimento associativo dispõe assim de um programa de acção que o desenvolvimento e o resultado da acção das vastas massas estudantis permitirá alterar e mesmo aperfeiçoar, de acordo com as exigências da própria luta. Assim, numa assembleia plenária com 3.000 estudantes em Coimbra, foi proposto e aprovado um 9.º ponto: «direito à informação».

O governo não faz concessões por sua livre vontade, mas só se a isso é coagido pela força da unidade de largas massas em luta. As eleições para Associação da Faculdade de Ciências de Lisboa, de que saiu vencedora a lista associativa, tiveram lugar em Dezembro, depois da greve estudantil de cerca de uma semana se ter generalizado em todas as Faculdades e muitas escolas de Lisboa, e quando os estudantes de Coimbra e do Porto apoiavam solidariamente os seus colegas em luta. Na Associação Académica de Coimbra, os estudantes escorraçaram a Comissão Administrativa com uma vitória esmagadora, após uma intensiva campanha contra as manobras demagógicas e dilatórias do governo e da Comissão Administrativa, após a realização de amplos debates públicos num dos quais participaram mais de 2.000 estudantes, além de muitas outras acções de esclarecimento e mobilização de massas. Os estudantes viram satisfeita a reivindicação expressa no 1.º ponto — imediata demissão das Comissões Administrativas e eleições imediatas onde elas existiam — graças à sua luta firme e pertinaz e não, como os fascistas pretendem fazer crer, pela boa vontade do governo.

Forçados a perder terreno fazendo concessões, os fascistas procuram imediatamente reconquistá-lo em novas investidas que geralmente preparam com antecedência calunando os dirigentes estudantis e os organismos associativos. A violação da Universidade por 3 invasões policiais num curto período de 3 meses; o encerramento do Instituto Superior Técnico e da Faculdade de Direito de Lisboa; o assalto

às instalações da Associação daquele Instituto, inquerito à contabilidade da Associação e destituição dos seus dirigentes; a substituição dos elementos associativos destituídos pelo próprio director do Instituto, Superior Técnico, que se pretende fazer auxiliar por um grupo de estudantes de sua nomeação, numa primeira tentativa para a instituição de uma Comissão Administrativa naquele Instituto; a ameaça do ministro da Educação da não-homologação da direcção eleita na Associação dos Estudantes de Direito, — são algumas das múltiplas provas iniludíveis de que o governo fascista de M. Caetano, tal como o de Salazar, recorre a todas as formas de repressão para impedir o desenvolvimento do movimento associativo com o objectivo de o suprimir.

Enquanto assim procedem, os governantes fascistas cantam loas à «generosidade» e à «impaciência» da juventude.

Ao mesmo tempo, contam com a colaboração repressiva das autoridades académicas e de numerosos funcionários a elas subordinados. Porém, quase sempre os estudantes reagem prontamente contra esta actuação abertamente policial. Assim fizeram ao reclamar a demissão do reitor da Universidade do Porto, ao desmascarar o prof. Lima Aires, director do Instituto Industrial do Porto, pela sua estreita ligação com a Pide, ao denunciar o prof. Sousa Machado, deste Instituto, como inquiridor de «processos fantochada», ao retribuir com a necessária energia a agressão que lhes fora feita pelo secretário da Universidade, António José de Brito (ultra-fascista que mandara rezar missa todos os anos por alma de Mussolini!), ao ripostar com um vigoroso correctivo aos continuos «polícias» e outros elementos policiais que tentam entrar a sua justa luta.

Unidos à volta do seu programa contido nos «8 Pontos», os estudantes têm um vasto campo de acção para a defesa da autonomia associativa em todos os sectores do ensino, na luta contra todas as formas de repressão. Os boatos que o ministro da Educação faz correr de que serão mobilizados 45 estudantes da Faculdade de Direito, enquanto estabelece contactos para a nomeação duma Comissão Administrativa; as ameaças do ministro da Defesa, após uma visita aos racistas da África do Sul e às colónias de Angola e Moçambique, acusando os estudantes de andarem por cá «a fazer distúrbios» e afirmando claramente que é chegada «a oportunidade para reber a sua situação militar», além de muitos outros indícios de que a repressão não deixará de se intensificar, não podem deixar os estudantes inactivos e exigem o fortalecimento da unidade e organização.

Entre as reivindicações contidas nos «8 Pontos», figura a «legalização de todas as comissões pró-associação e criação de condições para elas se constituírem onde ainda as não houver» o que implica a criação de associações legais em todos os estabelecimentos de ensino superior, médio e secundário.

Esta reivindicação oferece largas perspectivas de luta. No Porto, só na Faculdade de Farmácia existe uma Associação oficialmente reconhecida. Nas restantes Faculdades e estabelecimentos de ensino médio existem Comissões Instaladoras e Organizadoras que esperam a legalização há mais de 5 anos, o mesmo se passando em várias Faculdades de Lisboa. Os organismos associativos no ensino médio são submetidos pelo governo a todas as formas de intimidação, perseguições e violência repressiva, na tentativa de os integrar a todo o custo na M. P., contra a expressa vontade dos estu-



dantes em numerosas acções de protesto. Noutros estabelecimentos de ensino, movidos pelo descontentamento e pelo exemplo da luta dos seus colegas noutras escolas, os estudantes actuam à margem do enquadramento associativo. Aos estudantes comunistas, cabe o dever de ajudar a desenvolver os numerosos

embriões de organismos associativos que surgem aqui e além, ajudando-os nas difíceis tarefas de organização, integrando-os no movimento estudantil em marcha para a conquista dos «8 Pontos», contra a repressão fascista, pelos direitos fundamentais dos estudantes, por uma verdadeira Reforma do ensino.

Combate intransigente a todas as formas de oportunismo

Perante as amplas acções reivindicativas e de protesto das massas estudantis, os militantes comunistas não podem fechar os olhos às deficiências e tendências negativas que têm prejudicado este importante sector da luta anti-fascista.

Na atmosfera de efervescência política que o nosso País está vivendo, provocada em grande parte pelo alto nível e amplitude das lutas de massas, o aparecimento de tendências oportunistas, de direita e de esquerda, particularmente nos meios estudantis, é inevitável.

Os elementos da extrema-direita, actuando paralelamente e com o apoio da polícia, têm procurado organizar-se. A sua acção tem-se distinguido sobretudo em atitudes provocatórias nos plenários, em comunicados e publicações de carácter policial, caluniando o Partido Comunista e agitando os espantinhos dos «manejos subversivos» e da «desordem». Porém, desmascaram-se facilmente e as suas desesperadas tentativas de afastarem as massas estudantis do caminho da luta redundam em fracasso.

Mais perigosas pela desorientação que podem provocar entre os estudantes, são as tendências oportunistas, sectárias ou de direita, que têm surgido ultimamente em algumas escolas, em reuniões ao nível federativo e nos plenários. Em discussões estérteis, as tendências aventureiristas traduzem-se num revolucionarismo verbal que transcende a actividade associativa pois não é neste campo que os problemas políticos devem ser discutidos. Desta forma, certos elementos «esquerdistas» parecem apostados em dividir as massas e a sua acção obstrucionista favorece objectivamente os propósitos fascistas.

Por outro lado, a burocracia associativa e o imobilismo parecem querer instalar-se em algumas organizações estudantis. Intermináveis discussões, afastadas dos problemas reais da Universidade e do ensino podem conduzir o movimento associativo ao marasmo, fazendo igualmente o jogo da camarilha fascista. A nível federativo, tais perigos são extremamente graves, podendo criar um clima de desânimo e de desespero entre os estudantes.

O chamado «poder estudantil», de carácter anárquico, tem conseguido ganhar adeptos no nosso País, como no estrangeiro, porque equa-

ciona alguns dos problemas mais sentidos da juventude. Porém, assente em falsas premissas e sem força revolucionária, só pode levar os estudantes para posições extremistas, o que não poderá deixar de enfraquecer o movimento associativo e democrático e dar pretexto a novas investidas repressivas. Da mesma forma, a ideia ilusória de transformar o movimento associativo num movimento político revolucionário, em vez de se desenvolver um amplo trabalho de esclarecimento e mobilização de massas, utilizando e conquistando as máximas possibilidades de acção legal, é outra perigosa tendência esquerdista que deve ser firme e enérgicamente combatida.

Tal como afirma o documento da Comissão Política do C.C.—SEM SALAZAR, O SALAZARISMO CONTINUA—«as organizações de massas, consignas radicais, que não correspondam ao quadro em que se desenvolve a luta nem à real correlação de forças, podem prejudicar o trabalho de massas e levar à perda de importantes posições».

A experiência tem demonstrado que as tendências oportunistas nos meios estudantis têm recuado sempre em todas as escolas onde o movimento associativo é mais forte e estruturado. Falharam as concepções oportunistas de direita em Coimbra, por não encontrarem eco em milhares e milhares de estudantes reunidos em amplas assembleias, após um intenso trabalho de informação e esclarecimento das massas. Da mesma forma, não encontraram campo fértil e não vingaram as tentativas esquerdistas de sabotagem numa reunião plenária em Lisboa, em que participaram cerca de 3.500 alunos.

O oportunismo, de direita ou de esquerda, tem de ser batido no plano da acção, da mobilização de massas em particular. Através dum amplo trabalho de esclarecimento e recrutamento entre os estudantes que se revelaram mais coerentes e combativos na sua acção, reestruturando, alargando e consolidando a organização existente, os estudantes comunistas poderão levar a bom termo a tarefa inadiável de combater no campo legal todos os perigos do oportunismo, defendendo o movimento associativo da repressão, orientando-o para novas e importantes conquistas.